



**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE
COOPERATIVAS**

LUIZ HAROLDO PEIXOTO DA SILVA

**ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA
LINHA - ASCOL, BAIXA DA LINHA – CRUZ DAS ALMAS -
BAHIA.**

**Cruz das Almas - Bahia
Maio - 2015**



LUIZ HAROLDO PEIXOTO DA SILVA

**ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA
LINHA - ASCOL, BAIXA DA LINHA – CRUZ DAS ALMAS -
BAHIA.**

Monografia apresentada ao Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Américo Almassy Junior

**Cruz das Almas - Bahia
Maio – 2015**

LUIZ HAROLDO PEIXOTO DA SILVA

**ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA LINHA - ASCOL,
BAIXA DA LINHA – CRUZ DAS ALMAS - BAHIA.**

Aprovado em ____ / ____ / de 2015.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Américo Almassy Junior (CCAAB/UFRB)
(Orientador)

Prof. Msc. Aelson Silva de Almeida (CCAAB/UFRB)
(Membro da banca)

Prof. Msc. José da Conceição Santana (CCAAB/UFRB)
(Membro da banca)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de poder passar por essa rica experiência durante o percurso vivido na universidade, pela oportunidade de construir laços e compartilhar conhecimentos e saberes que nos acompanharão vida a fora.

Aos meus pais Moises e Francisca, pelas orações e carinho, sempre nos agasalhando e nos confortando nos momentos difíceis, os quais são o nosso porto seguro.

A Maria Edite, pelo encorajamento nos momentos de desânimo, pelo carinho nos momentos de ansiedade, por acreditar em minha capacidade de ir até o fim, pela paciência e cuidado, pela convicção que as dificuldades nos une e nos faz a cada dia deixarmos de formar um casal e passarmos a formar um par.

A Laís e Marvin, minhas riquezas, pelo carinho e paciência nos momentos de estresse, pelas brincadeiras, pela simplicidade de viver. Amo vocês sem limites.

A Associação Comunitária da Linha – ASCOL, pelo acolhimento, apoio carinhoso e amigo, no decorrer deste trabalho, permitindo construir laços que perdurarão para sempre. Muito carinho por todos vocês.

Ao Professor, Alexandre Américo Almassy Junior, por me orientar nesse trabalho, pela paciência, simplicidade, atenção e predisposição em esclarecer as dúvidas e apontar alternativas, contudo, nos deixando à vontade para fazermos as nossas próprias escolhas.

Aos demais professores, a certeza que são parte da nossa história e serão mencionados e recordados todas as vezes que nos depararmos com situações que exigirão utilizar os conhecimentos transmitidos por cada um de vocês.

Aos colegas do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo tempo de convivência e pelos laços construídos na universidade.

RESUMO

Interações associativistas se consolidam via participação criando ações geradoras de desenvolvimento local, promovendo o fortalecimento de processos de transformação social através do manejo de ferramentas metodológicas que instrumentalizam os sujeitos para a superação de dificuldades vivenciadas no dia a dia das comunidades onde estão inseridos. O trabalho trata-se de estudo de caso tendo como sujeito a diretoria da Associação Comunitária da Linha – ASCOL, em Cruz das Almas – BA, onde foram investigados fatores que fragilizaram o associativismo e a participação. O emprego de metodologias participativas subsidiou a identificação e desenvolvimento de ferramentas para fortalecer o associativismo e estimular a participação dos associados. A coleta de dados se deu mediante a técnica de pesquisa qualitativa Grupo Focal, entrevista semi-estruturada, questionário, matriz de priorização de problemas e planos de ação comunitária junto à diretoria da ASCOL e/ou coletivo de membros da comunidade da Linha. A pesquisa permitiu diagnosticar que a maioria dos participantes reconhece a importância da associação como instrumento de empoderamento da comunidade. Em consequência deste trabalho, foi organizado pela diretoria da ASCOL mutirão para cercamento e plantio de uma área de seis hectares, atualmente cultivada por 17 membros da comunidade e mutirão para construção de creche que atenderá as crianças da comunidade. Mediante análise dos dados obtidos no diagnóstico e ações que se encontram em andamento, conclui-se que a ação comunitária elaborada, organizada e gerenciada pela própria comunidade, via diretoria da ASCOL, está revitalizando o associativismo e a participação, resgatando a auto-estima dos associados e a credibilidade da Associação Comunitária da Linha – ASCOL, enquanto entidade constituída para defender os interesses da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo; Participação; Desenvolvimento Local.

LISTA DE SIGLAS

Associação Comunitária da Linha - ASCOL

CCAAB- Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas/UFRB

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

DRP- Diagnóstico Rural Participativo

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PROPAAE – Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil/UFRB

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEI- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Matriz de priorização de problemas.....	40
TABELA 2. Distribuição da população por situação de ocupação.....	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Ação: construção da creche.....	43
QUADRO 2. Ação: preparo de área para plantio.....	49

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Representação de configurações de associativismo.....	13
FIGURA 2. Mapa do Território de Identidade Recôncavo da Bahia	32
FIGURA 3. Sede Associação Comunitária da Linha.....	33
FIGURA 4. Mutirão construção da Creche.....	44
FIGURAS 5/6. Andamento da construção da Creche.....	45
FIGURA 7. Creche em fase de acabamento	45
FIGURA 8. Inauguração Creche da Comunidade da Linha.....	46
FIGURA 9. Inauguração Creche da Comunidade da Linha.....	46
FIGURA 10. Transporte Escolar - Comunidade da Linha.....	47
FIGURA 11. Preparo da área para cultivo.....	50
FIGURA 12. Área cercada - Comunidade da Linha.....	51
FIGURA 13. Prática - Diretoria ASCOL - DRP. Árvore de Problemas.....	53
FIGURA 14. Membro da Diretoria explicando a Árvore de Problemas	54

LISTA DE GRÁFICOS

1. Principais motivos para criação da ASCOL – Associação Comunitária da Linha, segundo os membros da Diretoria.....36
2. Principais benefícios conquistados pela ASCOL – Associação Comunitária da Linha, segundo os membros da Diretoria.....38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	
1.1 Objetivos do Estudo	14
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 Justificativa	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	
2.1 Associativismo	17
2.2 Participação	19
2.3 Desenvolvimento Local	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
3.1 Delineamento da Pesquisa	26
3.2 Unidade de Análise	29
3.3 Sujeitos da Pesquisa	34
3.4 Coleta de Dados	35
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6. REFERÊNCIAS	57
7. ANEXOS	62

INTRODUÇÃO

O associativismo tem se constituído ao longo do tempo como estrutura de sobrevivência e melhoramento da qualidade de vida de grupos que vivem em comunidades, visto que sua essência favorece a construção e fortalecimento de laços de interesse social coletivo ou afetivo, o que alimenta e robustece o sentimento de pertencimento dos indivíduos habitantes desse espaço geográfico.

Nesse contexto, se insere a Comunidade da Linha, localizada no município de Cruz das Almas – BA, vivendo em base assistencialista, com alto índice de desemprego, baixa escolaridade, precariedade de condições de moradia e vulnerabilidade econômica. É o cenário onde a instrumentalização desses atores sociais, através da diretoria da ASCOL, mediante o desenvolvimento de metodologias participativas e posteriormente disseminadas entre os associados, pode favorecer o resgate da auto-estima, fortalecer a participação e o associativismo, seja no desejo de capacitação e qualificação profissional dos moradores ou na participação em projetos que possibilitam a geração de trabalho e renda.

Este trabalho de pesquisa objetiva investigar as causas que provocaram o enfraquecimento do associativismo e da participação na Associação Comunitária da Linha – ASCOL, ao longo de quatorze anos de sua criação, analisando seu processo histórico a partir da Diretoria, com o objetivo de levantar dados que permitam construir um diagnóstico que possibilite desenvolver metodologias de ação comunitária com o objetivo fortalecer o associativismo e a participação na ASCOL e na comunidade.

Objetiva-se com o estudo aplicar e desenvolver práticas e conhecimentos adquiridos durante o curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, junto à Diretoria da ASCOL para que sejam compartilhadas entre os associados e moradores da comunidade da Linha, com o propósito de resgatar o sentido da importância de cada um enquanto atores sociais comprometidos com o desenvolvimento da comunidade a qual fazem parte.

Interações de caráter associativista se consolidam como ações geradoras de proteção e desenvolvimento facilitando a construção e o fortalecimento de processos de transformação social, mediante o emprego de ferramentas metodológicas que

instrumentalizam os sujeitos comprometidos com a superação de dificuldades para que se tornem multiplicadores de conhecimentos e saberes, visando ampliar a participação e o associativismo vivenciado no dia a dia das comunidades onde estão inseridos.

Nesse contexto, Abrantes (2004, p. 36) aborda que “entre os homens, a ajuda mútua vem desde a antiguidade, quando se vivia em comunidades naturais de forma coletiva. No grupo o indivíduo encontra proteção e possibilidades materiais de vida”. Esse entrelace de interesses e ideias de cunho coletivo e solidário subsidia o surgimento e a construção do tecido associativo reconfigurando situações e alterando cenários mediante o comprometimento e a participação dos sujeitos, vivenciando o associativismo que,

“... se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência”. “Pode existir em vários campos da atividade humana e sua criação deriva de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais” (BRASIL 2008, p. 23).

O associativismo em suas mais distintas configurações se lastreia na união ou reunião de indivíduos representando uma entidade física ou jurídica, com o intuito de alcançar objetivos definidos em comum acordo.

No Brasil, as associações estão regulamentadas pelo Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002, artigos nº 44, 46 e 53 a 61. (BRASIL, Lei nº 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002).

Corroborando com a concepção jurídica do associativismo, Ganança (2006, p.31) enfatiza que,

No Brasil, a figura associativa é definida no Código Civil e na Lei de Registros públicos como uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituídas livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa. É uma figura jurídica específica, com certos contornos e configurações conferidas pela legislação.

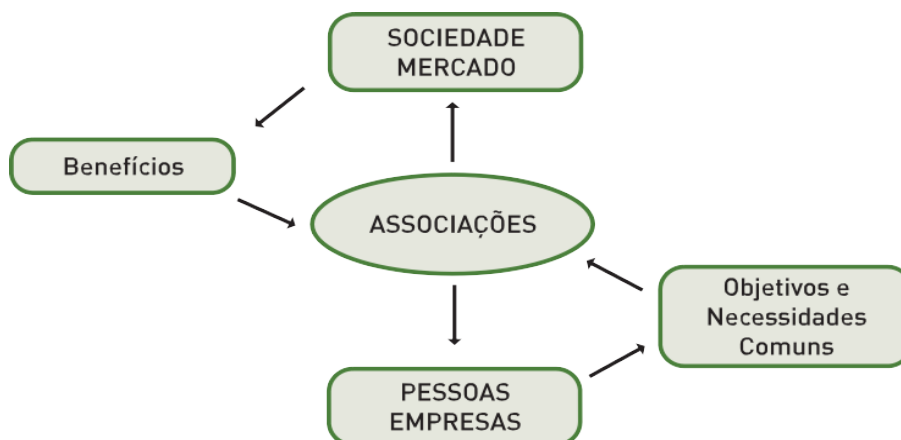
SEBRAE (2009, p. 11) conceitua associações

[...] são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas que se organizaram para a realização de atividades sem finalidades lucrativas.

Nessas entidades, o fator preponderante são as pessoas que as compõe. São entidades de direito privado e não público.

O associativismo é regido por princípios básicos reconhecidos internacionalmente os quais são seguidos por organizações de caráter associativo, a saber: princípio da adesão voluntária e livre - são organizações voluntárias, acessíveis a todos os indivíduos que se dispuserem a acatar as responsabilidades concernentes ao associado, sem discriminação social, racial, política, religiosa ou de gênero; princípio da gestão democrática pelos sócios – estabelece a governança das associações enquanto organizações democráticas por seus associados que participam ativamente na elaboração e estabelecimento de políticas e tomadas de decisões, sendo os gestores escolhidos em processo de votação, eleitos pela maioria para atender a necessidade de todos; princípio da participação econômica dos sócios – os associados colaboram equitativamente e controlam democraticamente as associações as quais são membros, mediante deliberações aprovadas em assembléia geral; princípio da autonomia e independência – É permitido às associações formalizar acordo funcional com entidades governamentais ou mesmo receber capital de origem externa, desde que seja resguardado o controle democrático exercido pelos associados e preservada a sua autonomia; princípio da educação, formação e informação – a liderança da associação deve contribuir para o desenvolvimento da comunidade mediante o desenvolvimento de ações de educação e formação continuada, direcionada ao público em geral, principalmente aqueles jovens e líderes que se identificam como formadores de opinião, dos benefícios advindos da cooperação; princípio da interação – promove o fortalecimento do movimento associativista, à medida que as associações prestam atendimento efetivo aos associados, mediante o desenvolvimento de trabalho conjunto em dimensão local, regional, nacional e internacional; princípio do interesse pela comunidade – associações trabalham o nível municipal, regional, estadual e até mesmo em nível de país, tendo como foco o fortalecimento do desenvolvimento sustentável, mediante a implantação de políticas aprovadas por seus pares. (UFERSA, 2012).

Figura 01: Representação de várias configurações de associativismo



Fonte: SEBRAE/Nacional (2009 p.8)

A Figura 01 apresenta a diversidade de atividades às quais tendo como base o associativismo, permite a interação de indivíduos e formação de redes com setores e ou entidades sociais, objetivando atender a demandas dos diversos segmentos em perspectiva associativa, o que proporciona maior raio de ação e conseqüentemente melhores resultados por se tratar de atuação coletiva visando objetivos comuns.

Referindo-se a participação, Souza (1993) a contextualiza como processo de interação do homem com o ambiente onde está inserido, impelindo-o a elaborar e construir soluções e alternativas no enfrentamento de desafios de ordem natural ou social, o que lhe permite desenvolver o instinto criador que lhe é intrínseco. Na qualidade de ser social, nasce em uma conjuntura preestabelecida, onde à medida que suas relações sociais e políticas vão sendo construídas, passa a ocupar espaços que o conduz a desenvolver estratégias de reflexão e ação, mediante o interagir com instituições, assumindo posições que independem de suas próprias decisões. É tema a ser discutido e elaborado enquanto questão social, em todos os fóruns onde sua representatividade não acessa as deliberações e encaminhamentos que se referem a condições básicas de sobrevivência.

Abordando sobre desenvolvimento local, Leonello e Cosac (2008, p. 7) afirmam que,

[...] desenvolvimento local se refere não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e

humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui visão integrada de todas as dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas.

Leonello e Cosac (2008) ponderam acerca do contexto e dos fatores predominantes no que se refere a desenvolvimento local, onde o desenvolvimento econômico avança mediante o entrelace entre o social, o ambiental, o cultural, o político e o humano.

1. CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 Objetivos do Estudo

O presente trabalho trata de estudo de caso, sobre associativismo, participação e desenvolvimento local, desenvolvido na comunidade Quilombola da Linha, localizada no município de Cruz das Almas – Bahia, teve como objeto de estudo, investigar a partir da diretoria da Associação Comunitária da Linha – ASCOL, fatores que contribuíram para fragilizar o associativismo e a participação dos associados ao longo de quatorze anos de sua criação.

A investigação foi desenvolvida, mediante coleta de informações sobre a história da Associação Comunitária da Linha - ASCOL, onde foram pesquisados elementos para subsidiar o tema abordado, construindo a simetria entre os objetivos geral e específicos apresentados.

1.1.1 Objetivo Geral

Evidenciar o processo de organização da diretoria da ASCOL, no desenvolvimento de ferramentas que estimulem o associativismo e a participação dos associados, contribuindo para o fortalecimento da Associação e da Comunidade da Linha.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar o processo histórico da ASCOL ao longo de sua criação;
- Instrumentalizar a Diretoria da ASCOL de métodos participativos que estimulem ações em prol do associativismo e participação dos associados;

- Desenvolver atividades que sensibilizem os associados quanto à importância do reconhecimento de seu papel como atores sociais no desenvolvimento local.

1.2 Justificativa

Mediante a possibilidade de construção de processos de empoderamento de segmentos da sociedade de grupos sociais desassistidos pelo poder público, o associativismo/cooperativismo se apresenta como via de enfrentamento à precarização das relações, enquanto movimento que se organiza e instrumentaliza, a partir das carências e necessidades vivenciadas pelos indivíduos em seus habitat, e os direitos que assistem as pessoas enquanto cidadãos.

Essa perspectiva associativista possibilita a construção coletiva de processo de mudança da realidade local, proporcionando no decorrer, o revelar de talentos locais adormecidos e o despertar de outros que mediante treinamento e capacitação poderão contribuir para o fortalecimento do capital social local, ocasionando a geração de trabalho e renda melhorando assim o perfil econômico na comunidade.

Segundo Bourdieu (1998, p. 72),

A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável.

O autor argumenta que a precarização agride sobremaneira qualquer pessoa que seja submetido aos seus efeitos, independente de gênero, bloqueando expectativas e crenças de esperança no futuro, enfraquecendo a capacidade interior de revoltar-se especialmente de forma coletiva contra a situação vigente, por mais intolerável que a mesma se apresente. Pode-se dizer, portanto, que a precariedade se estabelece como um novo modo de dominação, alicerçado na consolidação e manutenção de uma condição generalizada e permanente de insegurança, situação que obriga os trabalhadores à submissão e aceitação da exploração.

Para Bourdieu (1998), a luta política contra a precariedade é possível, com o desenvolvimento de ações caritativas e de militância encorajando as vítimas de

exploração bem como os possuidores e potenciais possuidores de empregos precários a trabalharem em comum, buscando recompor a dignidade, resistindo à desestruturação, a alienação e a degradação da auto-estima, contra os efeitos destruidores da precariedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Associativismo

Avritzer (1997), abordando sobre o associativismo na América Latina, tendo como referencial histórico a ocasião em que ocorreu a independência da região, aponta dados relevantes advindos dos cenários público e privado predominantes na época que fragilizaram o comprometimento quanto à aderência a participação social por parte dos atores envolvidos, no enfoque de uma visão fundamentalmente liberalista, traz reflexão sobre pontos que se seguem.

Em primeira instância, o autor chama a atenção sobre a inexistência de um marco que instituísse um espaço distinto entre o público e o privado, visto que a unidade de colonização agrícola estabelecida não fazia distinção entre casa e economia, onde inclusive os festejos populares tradicionais aconteciam no interior das fazendas. Essa configuração predominante no início do século XIX impedia o exercício da vida pública, visto que não havia um local onde os homens livres pudessem se reunir já que as fazendas se constituíam como espaços de concentração de indivíduos, exercendo posição mais relevante que os povoados vizinhos. Entretanto, o autor sinaliza para o surgimento de um importante elemento proveniente do próprio formato de desenvolvimento econômico vigente, consolidando uma via particular sólida e hierarquizada para no desencadear do processo de independência insurgir-se contra a formação de um governo igual ao existente.

Em um segundo ponto de destaque sobre o liberalismo latino-americano, Avritzer (1997), tipifica o associativismo no Brasil pré-independência, como associativismo de cunho religioso, onde as ações solidárias e sociais eram desenvolvidas pelas

Santas Casas da Misericórdia e pelas irmandades religiosas, contudo, essas entidades estabeleciam critérios seletivos que por si mesmo eram discriminatórios, requerendo “comprovação de pureza sanguínea, situação econômica e antecedentes religiosos dos seus associados”. Nesse viés, com característica homogeneizante excludente surge a primeira matriz do associativismo colonial latino-americano, destoando assim do contexto de pluralização social, o que a descredenciou a se constituir como base para construção do processo.

Esse contexto favoreceu o surgimento de uma nova via do associativismo colonial, denominada de irmandades leigas, com predominância na região de Minas Gerais, se consolidando mais intensamente no Brasil que na América Hispânica. Essas irmandades promoviam de forma associativa a construção de locais onde exerciam devoção e ritos religiosos aos seus santos padroeiros e ali praticavam o assistencialismo social, dando amparo aos membros e familiares brancos, negros ou mestiços, apresentando avanço em relação ao padrão adotado nas Santas Casas, visto que existiam irmandades de escravos, rompendo assim a barreira da questão racial. No entanto, o determinante entre os diversos grupos que ingressavam nas irmandades era a mesma crença religiosa.

Um terceiro componente determinante citado pelo autor em epígrafe, no processo de fragilização do associativismo na América Latina, nos primórdios da independência, trata sobre a configuração assumida pelas lojas maçônicas mediante a conjuntura que se apresentava, segundo Avritzer (1997, p.156),

É possível afirmar que a maçonaria constitui um primeiro caso de imitação constitucional através da qual instituições societárias representantes de um padrão moderno de associativismo emergem na América Latina, mas a ação dos seus participantes não se pauta por um padrão laico e pluralista.

O autor aponta uma quarta condicionante que influenciou negativamente o modelo de liberalismo que se disseminou na pós-independência nas sociedades latinas, que foi negligenciar o enfrentamento às divergências culturais entre as sociedades latino-americanas e norte-americanas, e ainda propor a implantação do modelo das instituições existentes na América do Norte.

Nesse contexto, traz a reflexão,

A sociedade latino-americana, no momento da independência é débil devido às próprias concepções dos atores acerca de suas formas de ação,

concepções essas marcadas pelas formas específicas de organização societária prevalentes naquele momento. Será apenas na segunda metade do século XIX que ocorrerão os primeiros indícios de constituição de um associativismo civil débil, porém baseado em formas modernas de ação. Avritzer (1997, p.157).

Carlos e Silva (2006) abordam sobre o se fazer notar do associativismo perante a sociedade brasileira na década de 1980, mediante a construção de movimentos sociais que tendo como foco a conquista de direitos e fortalecimento da cidadania promoveram o adensamento do tecido associativo, notadamente em regiões do país onde o movimento se tornou mais ativo. Diante da diversidade de interesses que permeavam esse cenário, os movimentos sociais que se preservaram de ações assistencialistas traçaram uma nova perspectiva para o associativismo que configurado a atuar em espaços de domínio político, enquanto associações aí se inserem como sujeitos co-participantes nas discussões e negociações de interesse coletivo, em ações políticas construindo argumentos para tomada de decisões e reivindicação de direitos de cidadania enquanto movimentos sociais organizados, representantes de categorias, associações e ou comunidades, tratando de questões de interesse da sociedade.

No processo de expansão e consolidação do associativismo no território nacional, Oliveira e Santos (2012) chamam atenção para a pressão que o capitalismo vem exercendo no ambiente agrícola, provocando mutações no cerne dessas organizações associativistas que em detrimento do processo de competitividade no qual estão inseridos, onde precisam se adequar até por questão de sobrevivência, acabam reconfigurando princípios históricos do associativismo/cooperativismo para se inserir no modelo econômico elaborado para o setor agrário via projetos de interesse do governo com o objetivo de alinhar os pequenos produtores ao formato estabelecido pelo mercado. Nesse contexto, via atuação do estado, percebe-se o enfraquecimento da essência do associativismo/cooperativismo e sua autonomia enquanto segmento representativo do interesse social, quando passa a ser “empoderada” pelo poder público, através de parcerias na implantação de políticas mediante movimentação de recursos financeiros via projetos e programas que trazem nas entrelinhas o objetivo de fortalecer o capitalismo no ambiente agrário e exercer domínio sobre essas entidades.

2.2 Participação

No Brasil, os novos projetos econômicos que se implantaram no país a partir do governo Kubitschek implicam politicamente a redefinição de formas mais eficazes de dominação. A dominação se realiza, sobretudo através da aceitação e é mais plena e maior quanto mais as ideologias e práticas políticas em geral levam os segmentos majoritários da população a aceitarem a dominação e a exploração. É nesse sentido que se encontra, nas camadas populares, grande parcela da população que aceita e gosta de ser dominada e explorada. Esta aceitação vai de encontro à natureza de ser criador e sujeito da história, própria do homem, é uma criação da sociedade e assim precisa ser desvendada para que o homem resgate a sua condição de ser participante (SOUZA, 1993, p. 80).

No enfrentamento desse processo de dominação, Souza (1993), argumenta que a participação ganha forma e consistência pela via da ação comunitária mediante a construção espontânea de iniciativas de cunho associativo que se articula naturalmente no seio da comunidade objetivando resolver questões coletivas ou individuais, através de mutirões e outras formas de ajuda mútua que tendem a fortalecer esses laços. Assim, conscientes dos problemas enfrentados pela comunidade e que ações isoladas não conseguem sobrepor as barreiras existentes que fomentam a exploração da população local, a ação comunitária elaborada e fortalecida com a liga do associativismo ganha visibilidade como processo técnico-metodológico de empoderamento do tecido social quando atua como instrumento de organização das camadas populares que se articulam em busca da solução de questões de interesse comunitário via recursos sociais existentes constituídos ou não pelo Estado, mantendo os laços construídos e reivindicações da comunidade acima de outros interesses.

“Participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual pessoal. Não existe participação suficiente ou acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.” (DEMO, 2009, p. 18).

Nessa perspectiva, Demo (2009), sinaliza que a participação se efetiva e robustece no ambiente de um espaço até então imperceptível ou antagônico que pela pressão do poder majoritário ali exercido, por si mesmo se estrutura e se empodera construindo a partir desse mover uma trincheira social de onde a comunidade pode se fazer notar como território dentro de um território, consolidando o marco legal da delimitação de espaço, resgatando a auto-estima dos sujeitos no

processo por meio da participação, constituindo-o como conquista e não como doação. No entanto, esse olhar que potencializa a participação no fortalecimento do associativismo, pode camuflar estratégias de repressão e domínio, tornando o processo descaracterizado em sua condição orgânica, quando passa a ser conduzido e com área de atuação estabelecida, destoando da concepção participativa para uma participação controlada. Observa-se a intenção do autor sobre as precauções acerca da definição e essência da participação quanto à singularidade do fenômeno, que interpretado como uma tendência normal e corriqueira banaliza o processo, desqualificando-o.

Argumentando sobre o paternalismo da doação, (BUNCH, 1987, p. 15) afirma:

[...] você pode acabar dando tantos peixes que as pessoas perdem o interesse de aprender a pescar. Além disso, doações podem desviar a atenção das pessoas dos problemas institucionais, políticos e demográficos subjacentes, que mais cedo ou mais tarde terão de ser enfrentados para que possa haver progresso permanente.

Bunch (1987), tratando sobre a fragilização da participação e suas conseqüências, afirma que ações estimuladas por doações desconstruem o processo participativo sadio, condicionando os indivíduos a acreditar que são incapazes de se desenvolverem por conta própria diminuindo a auto-estima, gerando dependência, subserviência e divisões na comunidade. As doações fragilizam a possibilidade de desenvolvimento de metodologias participativas que fomentam o efeito multiplicador entre os pares com o objetivo de difundir novos conhecimentos. Na desconstrução desse processo, é prudente que a equipe envolvida no projeto se atenha apenas a realizar atividades que de início a comunidade ainda não pode realizar por si própria, municiando, motivando e retroalimentando os sujeitos envolvidos com ferramentas que lhes permitam criar condições para solucionar os problemas que se apresentam e assim aprendam a construir seu próprio destino. Nesse novo caminhar, o entusiasmo é o combustível capaz de mobilizar o ser humano na conquista de objetivos coletivos ou individuais, por mais difíceis que se apresentem, tornando o individuo capaz de construir sua sustentabilidade, libertando-o do paternalismo. Desse modo, o sucesso na solução de um problema pendente em uma comunidade fomenta o efeito motivador da participação entre os atores envolvidos, elevando a auto-estima e o comprometimento do grupo para enfrentar novos desafios. Assim, a participação

construtiva ganha formato à medida que os indivíduos se organizam e se ajudam mutuamente valorizando mais os meios que os fins. “Como foi feito” é mais importante do que “aquilo que foi feito”.

Machado (1987, p.27) afirma: “portanto, participar é fazer parte integrante de todo um processo de desenvolvimento, cujas características são sociais e o qual supõe decisões políticas que possam levar a uma transformação progressiva em todos os níveis da conduta institucional.”

Assim, a participação enquanto comprometimento, muito mais que pelo envolvimento, instrumentaliza os indivíduos quanto aos seus direitos sociais, econômicos e políticos, desarticulando toda uma estratégia elaborada pelo estado com o objetivo de negligenciar aos setores populares da sociedade a legitimidade e os direitos que lhes são constitucionalmente assegurados.

A participação proposta pelos programas governamentais tem implicações sócio-políticas, à medida que afeta as posições relativas dos grupos sociais no âmbito regional. Para as camadas subordinadas, ela pode significar um acesso maior a bens e serviços enquanto, para as elites sociais, a participação pode significar uma ameaça, pela introdução de novos concorrentes ou intermediários políticos no meio rural. (MACHADO, 1987, p.128).

Como mecanismo para agregar indivíduos no enfrentamento de questões sócias que os afligem, a participação

[...] é o resultado da ação de forças sociais que se constituem como tais a partir de determinantes muito diversos: de classe, de grupo, de gênero, étnicos, etc... As forças sociais constitutivas da participação não necessariamente se definem em primeira instância em termos de classe ainda que em seu desenvolvimento possam aparecer interesses e consciências classistas que venham a manter o processo (SOUZA, 1983, p.82 apud CELATS, 1985, p.87).

Petersen e Romano (1999) tecem críticas quanto ao modelo operacional e a funcionalidade de práticas desgastadas, rebuscadas no passado, salientando a dificuldade das instituições em migrarem para um ambiente onde possam se reprogramar e se integrar de acordo às necessidades descortinadas à luz do desenvolvimento participativo que objetiva fortalecer a participação efetiva mediante o incentivo ao desenvolvimento sustentável via processos de autogestão que promoverão empoderamento do tecido social. Contudo, afirmam que grande é a

resistência por parte dessas instituições, mesmo percebendo a necessidade de tais mudanças.

Para que a participação seja efetiva, torna-se indispensável que os múltiplos interesses dos diferentes atores sejam contemplados na esfera decisória de qualquer programa voltado para o desenvolvimento, por mais complexo que isso possa vir a ser. Há que se promover a descentralização, entendida como a divisão de poder entre os diferentes atores e agentes de promoção do desenvolvimento (PETERSEN e ROMANO, 1999, p.83).

Nesta perspectiva a participação atua como agente catalisador para promover o fortalecimento, envolvimento e comprometimento da comunidade, na resolução de suas questões sociais.

Contribuindo com a discussão sobre a dinâmica do processo, Doniak (2002, p.60) acrescenta que, “com a participação surge um processo organizado, pelo qual todos adquirem uma visão compartilhada do desenvolvimento local, permitindo que cada cidadão e organização saiba seu papel, para que ocorra o melhor desenvolvimento local.”

2.3. Desenvolvimento Local

O desgaste da máquina estatal, ineficiente para oferecer serviços essenciais à sociedade, atrelado à globalização da economia, movida pela tendência do mercado e do lucro rápido, consubstanciado num ambiente de liberal democracia, sedenta de legitimidade vem nas últimas duas décadas chamado a atenção de sociólogos, cientistas políticos e economistas para uma nova economia que emerge da sociedade civil organizada, em comunidades locais, constituindo-se em redes sociais com a participação de cidadãos ativos e comprometidos com o bem estar coletivo, visando crescimento econômico por meio do desenvolvimento de ações solidárias para construção de um ambiente mais justo e democrático, alicerçado em sentimentos de confiança, tolerância, igualdade e liberdade.

Para Bava (2004a, p. 107),

O que hoje se busca, no campo da defesa da cidadania e da democracia, são novas relações entre Estado e sociedade civil, em que o Estado exerça um papel regulador que controle a voracidade dos agentes do mercado e crie as condições para um maior protagonismo de atores coletivos da sociedade civil comprometidos com a construção da inclusão social.

Bava (2004b) esclarece no conteúdo supracitado, que a proposta não é terceirizar políticas do governo que é atribuição constitucional delegada pelo estado, mas elaborar estratégias de enfrentamento a um aparato de leis e condicionantes para acesso a financiamentos públicos, que através de subterfúgios alicerçados em pretextos legalistas asseguram concessões mantendo privilégios e favorecendo as grandes empresas, alimentando e fortalecendo a ciranda do poder.

Ressalta a importância da atuação do Estado na construção de um novo modelo institucional com enfoque em políticas públicas a partir de um novo contexto de inclusão social, mencionando que no Brasil, onde essas experiências foram bem sucedidas, identificou-se que:

[...] os principais agentes de transformação social, que impulsionaram essas iniciativas e asseguraram seu sucesso, são os atores coletivos, os movimentos sociais, as associações e entidades, que viabilizam a participação cidadã nesses processos, atribuindo-lhes significados novos de transformação social e de construção de novos paradigmas. (BAVA, 2004c, p. 109).

O desenvolvimento local, na perspectiva de transformação social focada na preservação da realidade predominante no local traz em seu bojo a sustentabilidade de fatores e peculiaridades as quais são intrínsecas ao contexto cultural, político e social onde a comunidade está inserida.

Para Jara, (1999, p.17) “Os relacionamentos de confiança, reciprocidade e cooperação facilitam a construção de processos de mudança social e desenvolvimento (...), enriquecendo o tecido social”.

Milani (2007) faz um contraponto sobre o desenvolvimento na perspectiva de projeto político que se expande focado em modelos pré-concebidos mediante interesses externos globalizados, instrumentalizando o estado para exercer uma relação de poder entre o público e o privado, o econômico e o social. Assim, o formato de desenvolvimento universalizado, tende a desvirtuar a contextualização geográfica do local, fragilizar a diversidade cultural predominante e a identidade local como um todo.

Nesse contexto, o autor compartilha sua concepção de desenvolvimento local afirmando que,

O DL é endógeno, territorial e culturalmente enraizado, projeto-processo político, bem como construção de estratégias de transformação social a

partir dos recursos e dos atores mobilizados no contexto local. São várias as terminologias que vem surgindo, desde os anos 70, a fim de enfatizar essa dimensão cultural e local, do desenvolvimento (desenvolvimento endógeno, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento social, desenvolvimento cultural, desenvolvimento sustentável); todas elas têm em comum a centralidade dada à cultura enquanto conjunto de significados e símbolos compartilhados por uma coletividade social. (MILANI, 2007, p. 197-198).

Tratando sobre o tema em questão, Souza (1993), contextualiza,

Desenvolvimento de comunidade é um processo pedagógico de organização social da população comunitária através do qual esta população consegue ampliar as suas condições de consumo individual e coletivo, assim como de controle sobre estas condições, articulando-se crescentemente para a participação em níveis mais amplos da sociedade e, sobretudo naqueles que dizem respeito à problemática fundamental das camadas populares. (SOUZA, 1993, p. 57).

A sensibilização dos indivíduos enquanto atores sociais locais, quanto ao se perceber e situar na conjuntura estabelecida traz reflexão quanto à dimensão da realidade vivenciada no dia a dia da comunidade possibilitando a partir daí, o desencadear do sentimento de pertencimento, e responsabilidade para com as questões locais, estimulando a organização e conseqüentemente formatando a partir daí o processo de desenvolvimento comunitário.

Petersen e Romano (1999) argumentando sobre o enfoque estratégico no desenvolvimento local enfatizam que a construção do planejamento participativo deve ocorrer em um ambiente articulado onde seja possível envolver e sensibilizar os diversos setores atuantes na conjuntura local,

Para tal, são necessários métodos suficientemente flexíveis e abertos que permitam rearranjos, de forma a poder absorver as informações e conhecimentos dos grupos de pessoas envolvidos no processo [...] permitindo que o método se transforme dentro do processo, fazendo com que os instrumentos utilizados saiam da condição limitante de objeto da instrução e se tornem elementos (re) organizadores e dinâmicos da produção do conhecimento, que alimentem o desenvolvimento dentro de um espaço e um tempo, também dinâmicos. (PETERSEN e ROMANO, 1999, p. 22).

Compartilhando com o debate sobre desenvolvimento local, Martins (2002a), acrescenta que a compreensão sobre desenvolvimento perpassa contextualizações conceituais, à medida que concebe a construção de laços afetivos lastreados por sentimentos de moderação e companheirismo conduzidos pela via da simplicidade, sintetizando que,

o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. (MARTINS, 2002b, p.52).

“Tomando como referência a comunidade, pode-se afirmar que é condição básica para um grupo social sentir-se comunidade possuir lastro cultural próprio que o identifique” (DEMO, 2009, p. 56-57).

O reconhecimento da identidade cultural é assim abordado como condição essencial para sensibilização da comunidade quanto ao comprometimento dos atores locais na elaboração de ações com objetivo de promover desenvolvimento local.

Enfatizando acerca da importância da questão cultural Demo, (2009, p. 57-58), compartilha que,

A comunidade somente reconhecerá como seu aquele projeto que, mesmo tendo vindo de fora, é capaz de revestir-se de traços culturais do grupo. É preciso encontrar o eco reconhecido de algo que é seu, de algo que se encaixa na história vivida, de algo que aparece nas determinações do dia-a-dia.

Santos (2000, p. 53) referindo-se à importância da preservação das especificidades de cada território, afirma que

em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local. [...] Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. [...] A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum.

Torras (1995 apud MARTINS, 2002c, p.52), argumenta sobre o tema afirmando que “a dimensão humana do desenvolvimento está fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições humanas.”

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Delineamento da Pesquisa

Gil (2009a, p. 49), tratando sobre a elaboração do marco teórico da pesquisa a ser desenvolvida, mediante “a formulação do problema, a construção de hipóteses e a identificação das relações entre as variáveis”, afirma que,

O delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas.

Para atingir o proposto neste trabalho, que se caracteriza como estudo de caso, a metodologia utilizada será exploratória e qualitativa, onde as informações coletadas se darão tanto de forma documental como através da aplicação de questionários e de entrevista semi-estruturada com os representantes da diretoria da ASCOL – Associação Comunitária da Linha.

Assim, optou-se pelo estudo qualitativo, tendo em vista a necessidade efetiva de se aprofundar no objeto da pesquisa que trata sobre a investigação a cerca dos fatores que contribuíram para fragilizar o associativismo e a participação dos associados da ASCOL ao longo de quatorze anos de sua criação, com o objetivo de construir e desenvolver em parceria com a diretoria da associação, ferramentas que estimulem o associativismo e a participação dos associados, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento da Comunidade da Linha.

Serão abordados aspectos de formação, estrutura, organização, articulação e de comprometimento dos associados.

De acordo com Lakatos e Marconi (2004), a pesquisa qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento. Para Minayo (1996, p.22) “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” Argumenta que os autores que compartilham esse pensamento, estão mais interessados em compreender e compartilhar o mover das relações sociais e suas interações do que quantificá-las.

Segundo Triviños (2006a), o estudo de caso permite arregimentar informações consistentes sobre uma realidade definida, onde os resultados

alcançados pelo estudo desenvolvido produzem subsídios que admitem estabelecer hipóteses para a condução de outras pesquisas. Para Yin (2010), o estudo de caso trata-se de uma estratégia de pesquisa de investigação de caráter empírico que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real; onde se observa que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são nitidamente identificadas e são utilizadas múltiplas fontes de evidencia no processo. Gil (2009b) caracteriza estudo de caso pela pesquisa perseverante e exaustiva, concernente a uma realidade estabelecida de maneira a fornecer informações consistentes e detalhadas que possibilitem aprofundar conhecimentos sobre a questão investigada. Thiollent (2005, p.7) argumenta que a pesquisa-ação permite interação em diversas frentes de atuação, seja na “educação, comunicação, organização, serviço social, difusão de tecnologia rural, militância política ou sindical, etc.” O autor salienta que a pesquisa-ação demanda o estabelecimento de uma relação participativa entre os sujeitos e os pesquisadores envolvidos na investigação, e que os problemas de falta de sintonia que possam surgir entre pesquisador e ambiente da pesquisa devem ser equacionados no decorrer do processo, destacando que,

É bom lembrar que a principal vocação da pesquisa-ação é principalmente investigativa, dentro de um processo e interação entre pesquisadores e população interessada, para gerar possíveis soluções aos problemas detectados. (THIOLLENT e SILVA, 2007, p. 95).

O estudo de caso se instrumentalizou mediante a utilização de ferramentas metodológicas como, grupo focal, árvores de problemas, questionário, e entrevista semi-estruturada, matriz de priorização de problemas e planos de ação comunitária aplicados à Diretoria da ASCOL. Depois de sistematizado, o questionário gerou uma matriz de priorização de problemas, onde foram elencadas pela diretoria prioridades, as quais possibilitaram a elaboração de plano de ação comunitária para construção da creche; plano de ação comunitária para mutirão de cercamento e plantio de área para cultivo; ações da Diretoria da ASCOL, por meio de documentos e reuniões junto à prefeitura municipal que viabilizaram o transporte escolar na comunidade. A entrevista semi-estruturada permitiu coletar informações importantes quanto à criação e importância da associação para a comunidade, bem como, situação sócio-econômica, saúde, habitação na comunidade e conjuntura do associativismo e da

participação vivenciado pela ASCOL à época do desenvolvimento da pesquisa, com o objetivo de angariar subsídios no caminhar em direção aos objetivos elencados.

Gil (2009c, p. 109) afirma que “entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais.” Define entrevista como um instrumento de interação social, onde as partes, investigador e investigado se relacionam mediante a construção de diálogo através do qual assumem os papéis de coletor de dados e fonte de informação, respectivamente. Triviños (2006b, p. 146) evidencia a entrevista semi-estruturada afirmando que, “esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.”

Tratando sobre questionário, enquanto técnica de investigação no âmbito da pesquisa, Gil (2009d, p. 121) o define como método de verificação elaborado mediante a formulação de questões que serão submetidas aos participantes com o intuito de obter informações específicas relacionadas a determinado tema ou contexto, como seja, “conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”

3.2 Unidades de Análise - Caracterização

Buscou-se em primeira instância, apresentar a conjuntura em que se inserem a Região Nordeste e o Estado da Bahia, em um cenário que revela a forte relação entre empreendimentos econômicos solidários e o associativismo. Nesse contexto está inserido o Recôncavo da Bahia, do qual faz parte o município de Cruz das Almas, que por sua vez abriga em seus limites a comunidade Quilombola da Baixa da Linha, para em seguida, apresentar a Associação Comunitária da Linha - ASCOL, enquanto entidade que representa esta comunidade perante o poder público municipal, estadual e federal.

O estado da Bahia assume um papel importante no cenário da economia nacional, tendo em vista o seu vasto potencial agrícola, industrial, cultural e turístico, o que tem atraído investimentos e empreendimentos nas mais diversas áreas, favorecendo o desenvolvimento local, municipal, regional e estadual.

O processo de colonização portuguesa instituiu uma nova configuração territorial para o Recôncavo, à medida que implantou uma metodologia de produção diferenciada com a monocultura da cana-de-açúcar, dando lugar a grandes latifúndios, tornando-se a principal fonte de renda no período colonial. A conformação geográfica favorável do Recôncavo, principalmente pela proximidade da baía facilitando a exportação de produtos por via marítima, o intercâmbio com o interior mediante navegação pela rede fluvial existente, bem como, por vias e trilhas que se articulava em uma rede de movimentação e comunicação que recortava a região, e o preço que o açúcar alcançou no mercado internacional na época, promoveram o desenvolvimento socioeconômico tornado o Recôncavo Baiano uma região de grande importância econômica na conjuntura nacional (ARAÚJO 2010).

Nardi (2013a) contextualiza o Recôncavo a partir da abolição da escravidão em 1888, o que demarcaria a decadência do ciclo açucareiro e surgimento do petróleo, nos anos 1950, século 20, quando a região passa a ser reconfigurada em sua estrutura social e econômica. A área de produção fumageira passa a se destacar com o apogeu do consumo de charutos uma vez que o fumo produzido na Bahia era dos mais requisitados no mundo, principalmente na região europeia, chegando a representar 30% no valor das exportações baianas, o que impulsionou a partir de 1850 a construção de armazéns e fábricas de depósito de fumo e confecção de charutos destinados a exportação, a partir dos municípios de Cachoeira e São Felix, que se expandiram para cidades da região, notadamente Cruz das Almas e Feira de Santana.

Segundo Nardi (2013b, p. 180),

As atividades econômicas, a divisão do trabalho, assim construíram o espaço e determinaram as relações sociais, ou seja, fizeram o Recôncavo. A cana de açúcar, o fumo, a pesca e a cerâmica, constituíram o substrato ou as raízes de várias identidades dentro do mesmo território.

O Recôncavo Baiano demarca um território sociológico como referencial no processo de formação cultural e histórica no Estado da Bahia, trazendo características específicas que o diferenciam das demais regiões. Firmado nesse ponto de vista, Pedrão (2007, p. 5) diz que,

O Recôncavo contrasta com as demais regiões por ser a única com começo, meio e fim, com limites. A identidade cultural da região é única no

Estado da Bahia: o único caso em que as pessoas são conscientes de ser parte de uma região e não de uma localidade ou de um município. (PEDRÃO, 2007, p. 5).

Nesse novo formato, o Recôncavo Baiano passa a ser identificado como Território de Identidade 21 Recôncavo, abrangendo vinte 20 municípios: Cabaçeiros do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. Ficando o espaço geográfico definido conforme podemos constatar na Figura 02.

Figura 02. Mapa do Território de Identidade Recôncavo, Bahia 2015.



O Município de Cruz das Almas está inserido nessa região geográfica, com população de 58.606 habitantes, abrangendo uma área de 145.742 km², apresentando densidade demográfica de 402,11 hab./km², onde 15% dessa população encontra-se alocada na zona rural e 85% concentrada na área urbana.

Entretanto, o município apresenta um perfil econômico de característica agrícola, onde se destaca a produção de laranja, fumo e mandioca. (IBGE, 2010).

A comunidade da Baixa da Linha está localizada ao norte do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, no município de Cruz das Almas, Bahia, Território do Recôncavo Baiano. Teve sua origem no século passado, aproximadamente nos anos 1930, numa área distante cerca de quatro km do centro da sede do município de Cruz das Almas, às margens da rede ferroviária Bahia - Minas Gerais. Ali, se explorava pedreiras para produção local e em larga escala de pedras, britas e pedregulhos na Linha Sul, e daí o porquê da denominação de “Comunidade da Linha”. Os antigos moradores que chegavam para trabalhar nas pedreiras, já encontraram fazendas distribuídas num espaço relativamente próximo entre si. No início da década de 1940, essas fazendas foram compradas para a instalação da Escola Agrônômica da Bahia, posteriormente federalizada, Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, e atualmente, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (Secretaria de Políticas Especiais, setembro de 2010).

A comunidade está inserida em um vale, ocupando uma área de aproximadamente 24 hectares, à margem da linha férrea, apresenta solo raso e rochoso, topografia com declividade bastante acentuada, ocasionando dificuldade de acesso em períodos de chuva intensa. A produção agrícola é basicamente para autoconsumo das famílias, com o cultivo de mandioca, milho, feijão e criação de animais. As vias de acesso à comunidade são estradas de terra. A comunidade não é atendida pela linha de transporte coletivo, e o transporte escolar só agora passou a prestar serviço à comunidade. Conta com uma igreja católica e duas igrejas evangélicas, terreiro de candomblé, sede da associação, bares, pequena mercearia e creche recentemente construída por empresário da cidade. Os moradores, em sua grande maioria possuem grau de parentesco entre si.



Figura 03. Sede Associação Comunitária da Linha. maio/2015.

3.3 Sujeitos da pesquisa

A comunidade é representada pela Associação Comunitária da Linha - ASCOL, criada em 2000, pelos moradores, composta por nove conselheiros, presidente, vice-presidente, secretário, conselho fiscal (três) membros, segundo secretário e segundo tesoureiro, conforme livro de Atas consultado no arquivo da ASCOL, com o objetivo de se organizarem para reivindicar junto aos poderes públicos municipal, estadual e federal, inclusão social no que se refere ao atendimento de suas necessidades básicas: água encanada, energia elétrica, saneamento básico, moradia, educação, assistência médica e demais políticas de competência do Estado.

A figura acima mostra a sede da ASCOL, em bom estado de conservação, composta de uma sala para reuniões da comunidade, outras quatro salas menores e dois sanitários.

Antes da construção da sede, “a comunidade reunia-se embaixo de uma mangueira próxima ao local da construção da nova sede, e até hoje essa mangueira

é o ponto de referência para a comunidade, quando Dom Giglio Felício, transferido da Arquidiocese de Salvador para Cruz das Almas, visitou várias vezes a comunidade, celebrando uma missa embaixo da Mangueira, quando foi criada a Associação e a segunda missa, já na sede construída.” (Relato de antigo morador da comunidade).

Em agosto de 2009, a Secretaria de Políticas Especiais, da Prefeitura de Cruz das Almas, iniciou pesquisa de campo na Comunidade da Baixa da Linha, construindo um relatório descritivo preliminar a partir de dados etnográficos obtidos na comunidade. Em 27 de outubro de 2010, a Fundação Cultural Palmares através da Portaria nº135 de 27/10/2010, reconheceu a Comunidade da Baixa da Linha como Remanescente de Quilombo. Esse reconhecimento significa um marco decisivo no processo de emancipação da comunidade da Linha, que segundo a legislação brasileira, garante aos quilombolas a propriedade dos seus territórios que são inseridos na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. (Cruz das Almas - BA, Prefeitura Municipal, Secretaria de Políticas Especiais, setembro de 2010).

3.4 Coletas de Dados

A coleta de informações sobre o problema a ser investigado foi pré-agendada com os entrevistados e se procedeu mediante a construção quase que espontânea do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), a princípio de forma empírica, mediante conversas com membros da Diretoria e associados, tratando sobre questões de interesse da comunidade, onde foi possível observar pontos abordados de forma bastante espontânea, como prioridades de caráter coletivo.

Conforme Verdejo (2006) o Diagnóstico Rural Participativo arregimenta um aparato de técnicas e ferramentas que possibilitam colher dados de forma rápida e oportuna sem, contudo comprometer a coleta ou a consistência desses dados, o que possibilita que as comunidades elaborem o próprio diagnóstico com a perspectiva de construir um modelo de planejamento e desenvolvimento adequado à sua realidade. Assim, o DRP traz em seu cerne a característica de alimentar a autodeterminação

da comunidade pela via da participação, promovendo a construção de um ambiente sustentável.

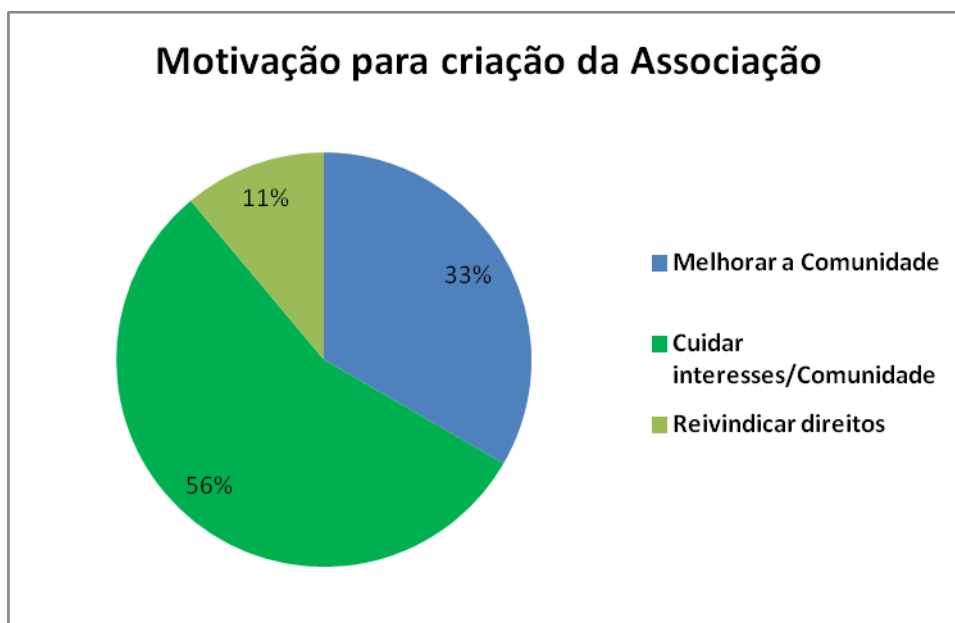
Mediante observações e anotações sobre os temas abordados foi possível dar início ao processo de coleta de dados primários, mediante a elaboração de questionário, entrevista semi-estruturada, gravada e transcrita, com a devida autorização dos participantes, o que auxiliou a escolha de ferramentas a serem utilizadas no processo de intervenção junto à Diretoria da ASCOL. A partir da coleta dos dados primários foram utilizadas as seguintes técnicas: Matriz de Priorização de Problemas; Plano de Ação Comunitária; e Árvore de Problemas, com o objetivo de levantar subsídios que permitissem maior aprofundamento sobre o problema a ser investigado. Salientamos que os nomes dos participantes nas entrevistas foram devidamente preservados e os dados coletados foram restritos unicamente à efetivação deste trabalho de pesquisa.

Foram também levantados dados de fontes secundárias, que abrangem documentos externos e internos como relatórios, publicações e documentos existentes nos arquivos internos da ASCOL mediante autorização da Diretoria. Buscou-se ainda coletar informações mediante consulta de fontes bibliográficas complementares, como relatórios e documentos que pudessem subsidiar informações quanto ao sujeito de estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado à Diretoria da ASCOL (sujeito da pesquisa) permitiu identificar que a Associação contava quando da realização desta técnica em setembro de 2014, com 99 (noventa e nove) sócios, sendo que desse total 55,44% são do sexo feminino e 42,57% do sexo masculino. A Diretoria é composta por nove membros, e todos os nove membros participaram da pesquisa. Foi observado também que considerando o ano de fundação da Associação até o momento da pesquisa, o número de associados aumentou o que aponta para o reconhecimento da importância da entidade enquanto órgão de representação da comunidade junto ao poder público.

Gráfico 01. Opinião dos membros da diretoria sobre os motivos conduziram à criação da ASCOL – Associação Comunitária da Linha em, Cruz das Almas - BA.



Fonte: Dados extraídos de questionário aplicado em agosto/2014.

Para 56% dos membros da Diretoria, a associação foi criada com a finalidade de buscar junto ao poder público ações que contemplem solução para problemas de saneamento básico, educação, e saúde que existiam e ainda persistem na comunidade. Para 33% dos participantes o objetivo da criação da associação foi trazer benefícios para a comunidade, e para 11% foi para reivindicar seus direitos de cidadania.

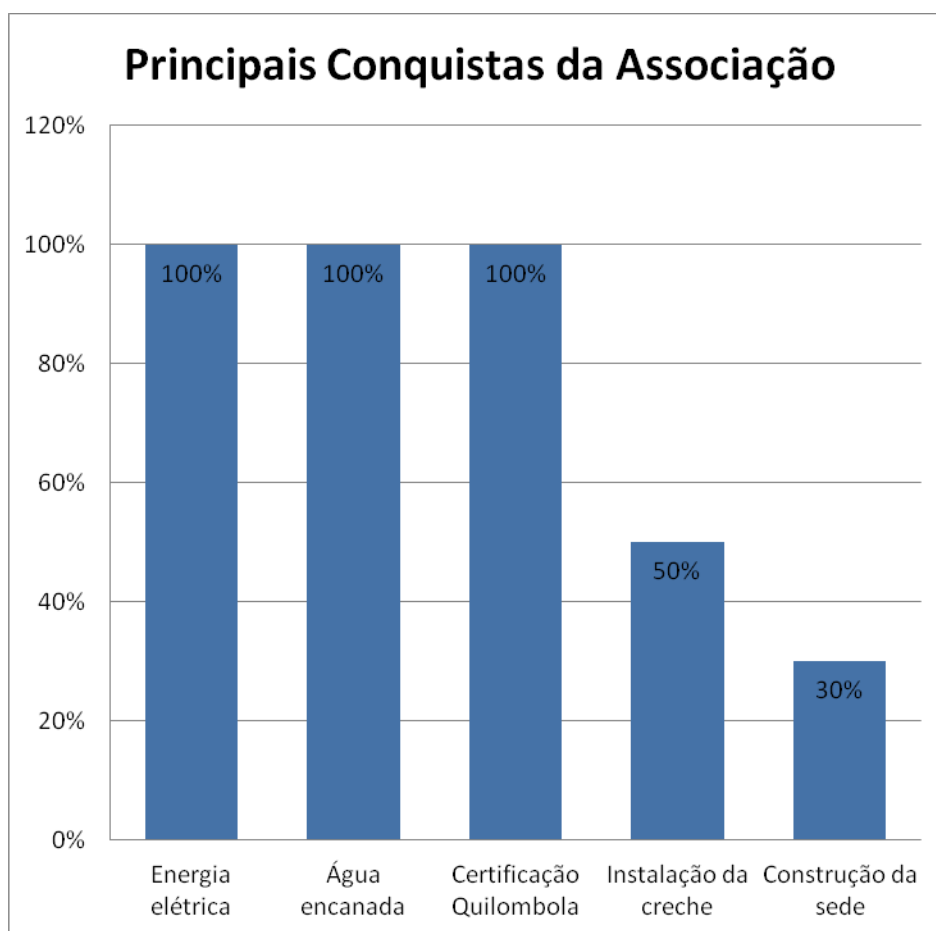
Observou-se na abordagem relacionada à criação da associação, um entrelaçar de opiniões que tem como foco o coletivo, o bem estar, o desenvolvimento da comunidade conforme relata o presidente da associação

... precisava ter uma Associação na comunidade, para que os problemas fossem discutidos e através da Associação buscar um meio de melhorar a nossa comunidade. Que se não fosse através da associação não poderia ir até o comercio, até o Prefeito, reivindicar melhorias para a comunidade. Que ir ao prefeito enquanto representante de uma associação, a coisa já muda. Se não fosse a criação da associação as coisas estariam piores.

Um dos membros da Diretoria externou seu ponto de vista quanto à importância de uma entidade jurídica representativa dos direitos de uma comunidade, citando como exemplo a comunidade da qual faz parte, trazendo a seguinte reflexão:

A associação é importante porque somos reconhecidos como comunidade, e houve muitas melhorias depois da criação da associação, há 14 anos, quando não havia água, luz elétrica, e através da associação tudo isso foi conquistado. Tive oportunidade de conhecer outras comunidades e que isso foi muito importante. (membro da Diretoria 30 anos).

Gráfico 02. Opinião da diretoria sobre os principais benefícios conquistados pela ASCOL – Associação Comunitária da Linha em, Cruz das Almas – BA.



Fonte: Dados extraídos de questionário aplicado em agosto/2014.

Na questão que tratou sobre as principais conquistas da ASCOL, 100% dos entrevistados afirmaram que a energia elétrica, a água encanada e a Certificação como Comunidade Quilombola, foram as principais conquistas da comunidade. A

instalação da creche obteve aprovação de 50% seguida da construção da sede com 30%, na escala de prioridades estabelecida pelos entrevistados.

Enfatizando sobre a questão da certificação que reconheceu a Baixa da Linha como remanescente de Quilombo, e a importância que tal medida trouxe para a comunidade, observa-se que a titulação concedida pela Fundação Cultural Palmares estabeleceu um marco histórico, na Baixa da Linha, o que elevou a auto-estima dos moradores da comunidade, conforme relata o presidente e outros membros da diretoria nos depoimentos a seguir.

O mais importante foi a certificação, pois se não fosse a certificação, poderíamos não estar mais ali hoje. Que depois da certificação a comunidade pode dormir tranqüila.

Reflexões colhidas na entrevista semi-estruturada:

Que a melhor conquista foi a certificação. A melhor coisa é ter paz. A gente que nasceu e se criou aqui, não quer sair daqui. Aqui todo mundo se conhece. Não existe lugar melhor para morar do que aqui. (membro da Diretoria, 30 anos).

... depois da certificação melhorou muito, que agora dome sossegada e sonha com a construção das casas. Que seu sonho é estar nesta casa nova. Hoje tem água, energia, que antes ela luz de candeeiro. (membro da Diretoria, 43 anos).

Energia, água, benefícios para a comunidade, o plantio da terra, a creche, a certificação quilombola. (membro da Diretoria, 61 anos).

Titulo água, luz, A associação, a creche, a casa de dona Albertina. Tudo melhorou depois da Associação. (membro da Diretoria, 51 anos).

A maior conquista foi a certificação e crê que daqui por diante virão novas conquistas. (membro da Diretoria, 31anos).

A questão que tratou sobre as principais dificuldades que a Associação enfrentou ou enfrenta, trouxe subsídios que permitiram identificar prioridades elencadas pela diretoria, reivindicadas pela comunidade as quais foram assim listadas: construção de creche, transporte escolar, posto de saúde, cursos de capacitação, alfabetização de adultos, transporte coletivo, saneamento básico, combate ao desemprego, área de lazer e habitação.

A sistematização dos dados levantados possibilitou a utilização da técnica Matriz de Priorização de Problemas. Ferramenta componente do DRP que possibilita identificar e priorizar os problemas elencados durante o diagnóstico, mediante sua importância ou urgência (VERDEJO 2006b). Conforme demonstrado na Tabela 01.

Tabela 01. Matriz de priorização de problemas – Diretoria da ASCOL

Problema	Marcar prioridade	Total	Categoria de prioridade
Posto de saúde	XXXXXXXX	7	1º
Cursos de capacitação	XXXXXX	6	2º
Construção da creche	XXXXX	5	3º
Transporte escolar	XXXX	4	4º
Alfabetização de adultos	XXXX	4	
Transporte Coletivo	XX	2	
Saneamento básico	XXX	3	
Desemprego	XXXX	4	
Área de lazer	XX	2	
Habitação	XXX	3	

Fonte: (VERDEJO, 2006) Sistematização questionário aplicado à Diretoria/ASCOL, julho 2014.

As prioridades definidas pela Matriz apontaram em primeira instância a precariedade em relação à saúde vivida pela comunidade, conforme relato de um membro da Diretoria:

Falta saneamento básico. A comunidade é visitada uma vez por mês, e necessita de atendimento mais constante. Existem pessoas hipertensas, diabéticas e com doença de chagas. O esgoto do conjunto Minha Casa Minha Vida despeja no Rio Capivari. (membro da Diretoria, 30 anos).

Segundo relato de moradores da comunidade, havia um Posto de Saúde da Família em um prédio da UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que funcionava mediante parceria firmada entre a Universidade e a Secretaria Municipal de Saúde, onde que prestava assistência médica odontológica à comunidade, porém com a nova gestão municipal, o Posto de Saúde foi transferido para um bairro mais

distante da comunidade dificultando o acesso da comunidade aos serviços de saúde.

O segundo problema elencado na escala de prioridades, Cursos de Capacitação, reflete a situação sócio-econômica da Comunidade Quilombola da Linha quanto à questão do desemprego, e da necessidade de formação profissional por parte dos membros da comunidade, com o objetivo de geração de trabalho e renda conforme relatos de membros da Diretoria a seguir:

A situação econômica é precária e o pessoal é muito carente. É preciso muito investimento, muita verba para que se possa fazer alguma coisa. (membro da Diretoria, 51 anos).

A situação econômica é difícil porque a maioria não tem renda para trabalhar. Se tirar dois ou três dias para trabalhar para ele, sem ter serviço certo, não vai fazer biscate e quando chegar sexta-feira está sem o trocado para comprar o alimento. (membro da Diretoria, 74 anos).

Gostaria de cursos para capacitar os jovens, para eles correrem atrás do seu objetivo, muitos deles, o seu primeiro emprego. (membro da Diretoria, 39 anos).

Gostaria que tivesse um trabalho para os jovens, oficinas para os jovens aprenderem a fazer alguma coisa. Se uma bicicleta fura um pneu, tem que ir ao centro da cidade colar o pneu, empurrando a bicicleta. (membro da Diretoria, 43 anos).

Fazendo um comparativo entre os dados fornecidos pelo Cadastro Sócio Econômico (UFRB/CONDER, 2010), (Tabela 02) e a entrevista realizada em julho/2014, percebe-se que após quatro anos, conforme relatos dos membros da Diretoria registrados acima, a precariedade da situação econômica se mantém, acompanhando o crescimento da comunidade.

Dados (UFRB/CONDER 2010) revelaram informações sobre o perfil sócio-econômico da comunidade da Baixa da Linha identificando 108 imóveis, ocupados por 112 famílias, constituindo uma população de 385 pessoas.

A população em idade ativa (PIA), representadas na comunidade, por pessoas nas idades entre 15 e 65 anos, apresentou situação de ocupação, conforme distribuição apresentada na Tabela 02.

Tabela 02. Distribuição da população (PIA) por situação de ocupação

Categorias	Baixa da Linha	
	N	%
Empregado com carteira	42	17,57
Empregado sem carteira	28	11,72
Autônomo	-	-
Conta própria	20	8,37
Biscateiro	36	15,06
Aposentado/Pensionista	22	9,21
Desempregado	14	5,85
Sem ocupação	77	32,22
TOTAL	239	100

FONTE: Cadastro Sócio Econômico, UFRB/ CONDER - março de 2010.

*Acima de 14 anos – Adaptado pelo autor.

O terceiro problema elencado na escala de prioridades trata sobre a construção de um espaço para adequação da Creche mantida pela Prefeitura Municipal para atendimento às crianças da comunidade que até então utilizava a sede da Associação, dificultando o desenvolvimento de trabalhos por parte da Diretoria, o que já havia sido reivindicado à Prefeitura em várias oportunidades, conforme relato do Presidente.

Nesse período, foi estabelecida uma parceria entre a ASCOL – Associação Comunitária da Linha e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/CCAAB – UFRB - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, para através de Projeto de Extensão aprovado no âmbito da Universidade implantar o Núcleo produtivo dos remanescentes quilombolas da comunidade da Baixa da Linha, em Cruz das Almas - BA, atendendo parte dos anseios da comunidade, no que se refere à qualificação profissional e geração de trabalho e renda de moradores da comunidade. A contrapartida da ASCOL seria disponibilizar parte de suas instalações físicas onde funcionará o Núcleo.

A aprovação do projeto alterou a posição das prioridades definidas pela matriz de priorização de problemas, onde o espaço físico para instalação do Núcleo de Produção passou a ser a 1ª prioridade, a qual nem existia na matriz, e o único lugar disponível era o espaço onde funcionava a creche.

Após várias reuniões com integrantes do poder público municipal e não obter apoio para construção do espaço destinado à Creche, a Diretoria da ASCOL buscou apoio na iniciativa privada, o que gerou o Plano de Ação Comunitária, Quadro 01.

Quadro 01. Plano de Ação Comunitária - Ação: Construção da Creche

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	2014 - 2015			
		Out	Nov	Dez	Jan
Escolha do local para construção da creche	Diretoria – ASCOL Empresário local	X			
Confecção da planta e doação do material	Empresário local	X	X	X	
Reunião para Levantamento de mão-de-obra e ferramentas disponíveis na comunidade e organização do mutirão.	Diretoria - ASCOL		X		
Definir escala serviços diários de participação no mutirão de construção da creche.	Diretoria - ASCOL		X		
Contratação de um pedreiro para começar demarcação e escavação do alicerce	Empresário local		X		
Início da construção e andamento da obra	Diretoria – ASCOL Empresário local		X	X	X
Limpeza do local, fornecimento de reservatórios e abastecimento de água para a construção.	UFRB	X	X	X	X
Acompanhamento e Suporte à construção	Diretoria – ASCOL Empresário local		X	X	X

Fonte: (VERDEJO, 2006) – Adaptado pelo autor.

Estas ações movimentaram a Diretoria da associação, promovendo um avivamento de expectativas e conseqüentemente elevação da auto-estima daqueles que se encontravam mais envolvidos no processo.

Apesar dos percalços e contratempas que ocorrem no desenvolver da construção da creche, a comunidade experimentou e vivenciou um momento novo e estimulante

quanto á superação de dificuldades pela via da participação, quando cada um se torna co-responsável na construção de uma solução para o problema que se apresenta. Observou-se que o comprometimento da Diretoria motivou os associados sobre a importância da participação, principalmente nos mutirões realizados, onde se tornaram protagonistas de novas realizações dentro da comunidade, o que não ocorria a bastante tempo, principalmente sendo essa ações provocadas e vivenciada pela associação e respaldadas pela comunidade.

Assim, o espaço para implantação do Núcleo Produtivo dos Remanescentes Quilombolas da Comunidade da Baixa da Linha foi liberado, aguardando a chegada das máquinas que já foram licitadas, (informações da UFRB), as pessoas que atuam na Creche são da comunidade, conforme reivindicação da Diretoria, o que gerou emprego e renda. A construção da Creche foi concluída do mês de abril e entregue à comunidade em 01/05/2015.



Figura 04. Mutirão construção da Creche Comunidade Quilombola da Linha. fevereiro/2015.



Figuras 05e 06. Andamento construção Creche Comunidade Quilombola da Linha. 03/2015



Figura 07. Creche Comunidade Quilombola da Linha em fase de acabamento. 04/2015



Figur

a 08. Inauguração Creche da Comunidade Quilombola da Linha. 01/05/2015.



Figura 09. Inauguração Creche da Comunidade Quilombola da Linha. 01/05/2015.

Outra questão apontada pela matriz de priorização de problemas, pleiteada pelas Diretorias da ASCOL ao longo dos anos junto à Prefeitura Municipal, conforme relato de membros da Diretoria, e que se tornou também um marco muito importante para a comunidade, foi a resolução do problema relacionado ao Transporte Escolar, que nunca atendeu a comunidade da Linha. Segundo o Presidente da ASCOL, no mês de março/2015, depois de reiteradas cobranças da Diretoria da ASCOL, por escrito, através de ofício e em reunião com equipe da Prefeitura, a partir do mês de abril/2015, a Comunidade Quilombola da Baixa da Linha passou a fazer parte do roteiro do transporte escolar, beneficiando crianças, adolescentes e jovens que caminhavam todo dia de um a dois quilômetros para freqüentar escolas primárias e colégios públicos existentes no município.



Figura 10. Transporte Escolar - Comunidade Quilombola da Linha. 07/05/2015.

Outro momento importante que podemos observar, vivenciado pela comunidade, foi sobre o retorno a práticas agrícola. O reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares através da Portaria nº135 de 27/10/2010, da comunidade da Baixa da

Linha como Remanescente de Quilombo estabeleceu uma nova conjuntura na relação comunidade da Baixa da Linha e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Como a Baixa da Linha está localizada em parte da área perimetral pertencente à UFRB, faz-se necessário um estudo para delimitação da área Quilombola. Enquanto isso a Diretoria da ASCOL, em reunião com a Reitoria da UFRB, solicitou a liberação de uma área de seis hectares para que a comunidade retornasse a praticar agricultura nesse espaço, o que não ocorria a mais de 15 anos, conforme relato de moradores por conta da então Escola de Agronomia estar desenvolvendo um projeto de re-ordenamento de suas áreas. Firmado o acordo com a Universidade, foram tomadas iniciativas por parte da Diretoria da ASCOL, que permitiram sistematizar um plano de ação comunitária e fazer o acompanhamento mais a título de observação, do que de intervenção. Isto é, a Diretoria da ASCOL sabia que era preciso cumprir etapas e prazos determinados ou o plantio só seria possível no ano seguinte, em decorrência de estar chegando o fim do período das chuvas na região, meses de agosto/setembro. Então, observou-se o mover da ASCOL que baseada no plano de ação comunitária, mobilizou a comunidade e gerou uma sequência de etapas que foram executadas para fechar o ciclo que se iniciou no enfrentamento das demandas burocráticas para conseguir liberação do trator e preparo do solo, para doação de arames e estacas, para organização do mutirão e cercamento da área, para aquisição de sementes e findou com o plantio. Observou-se forte comprometimento da ASCOL e da comunidade, que mesmo diante de tantas dificuldades e entraves que se apresentaram no decorrer da execução do plano de ação, onde todas as etapas foram concluídas, visto que, culturas de ciclo curto como milho, feijão e batata já foram colhidos no local. Constatou-se que o sucesso do plano de ação comunitária fortaleceu o tecido associativista na ASCOL e na comunidade, respondendo também de maneira bastante positiva ao acordo firmado com a UFRB para cultivo da área. O quadro 02 apresenta o cronograma desenvolvido pela ASCOL para execução do plano de ação comunitária de preparo de área para plantio.

Quadro 02. Plano de Ação Comunitária - Ação: Preparo de Área para plantio

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	2014			
		Ago	Set	Out	Nov
Solicitação de preparo da área, mecanização agrícola/UFRB/PROPAE/CCAAB	ASCOL	X			
Solicitação de arame e estacas junto à UFRB/PROPAE/CCAAB, para cercar a área.	ASCOL	X			
Mutirão para cercar a área de plantio	Oito pessoas da comunidade participaram da atividade	X			
Aquisição de sementes (feijão, milho, mandioca aipim. EMATER, UFRB, EMBRAPA, Terceiros.	ASCOL	X	X		
Plantio	Doze pessoas da comunidade participaram da atividade		X	X	X
Tratos Culturais, (capina replantio, manutenção)	Doze pessoas da comunidade participaram da atividade		X	X	X

Fonte: (VERDEJO, 2006) – Adaptado pelo autor.

Foi solicitado pela Diretoria da ASCOL, via ofício para a UFRB, pedido de preparo da área de seis hectares, por meio de mecanização agrícola, aração e gradagem, o que foi atendido pela instituição. Por se tratar de uma área aberta e tendo em vista o grande número de animais soltos na vizinhança e que adentravam local constantemente, se tornaria inviável o plantio nessas condições de vulnerabilidade. Mais uma vez, atendendo pedido da ASCOL, a UFRB doou 200 estacas de cimento e seis rolos de arame farpado de 500 metros para cercamento da referida área. Em todo esse processo, mesmo com varias dificuldades, percebeu-se o esforço e o comprometimento da Diretoria da ASCOL em, de alguma forma, promover benefícios para a comunidade.



Figura 11. Preparo da área para cultivo - Comunidade Quilombola da Linha. agosto de 2014.

Percebeu-se que a partir do movimento do preparo do solo, foram sendo criadas expectativas na comunidade, principalmente entre aqueles que estavam interessados em cultivar a terra. Esta ação aparentemente simples realizada pela Universidade marcou um novo tempo no relacionamento entre a comunidade Quilombola da Baixa da Linha e a UFRB, conforme pode ser constatado no depoimento de um dos membros da Diretoria.

Fala de um membro da Diretoria:

...nem pensava em estar cultivando a terra, e que isso aconteceu através da associação e da ação do presidente da mesma que se empenhou muito para conseguir a autorização da Universidade. (membro da Diretoria, 43 anos).



Figura 12. Área cercada - Comunidade Quilombola da Linha. agosto de 2014.

Com a chegada do arame e as estacas, o mutirão começou a se formar e em alguns dias, a área de cultivo estava cercada, protegida dos animais.

Outro fato relevante observado na entrevista foram afirmações de membros da Diretoria e associados da ASCOL que sinalizaram para a retomada da agricultura familiar na comunidade:

Se tivesse crédito e incentivo era melhor ainda. Quem sabe no próximo ano, no Banco do Nordeste conseguir um empréstimo para plantar, mas é preciso ter interesse também. (membro da Diretoria, 39 anos).

A comunidade precisa de um empréstimo para fazer aquele plantio flúir. Se pudesse tomar um empréstimo pela associação para pagar com um prazo de carência teria muito mais progresso e desenvolvimento do que está tendo. (membro da Diretoria, 61 anos).

É melhor tomar um empréstimo de acordo a posição da pessoa. Quem pode tomar R\$500 ou R\$1.000,00, quem não pode toma menos, ou mais, a depender da condição de cada

um e uma fiscalização para ver se está plantando. É um incentivo para trabalhar. (membro da Diretoria, 74 anos).

Questionados na pesquisa, sobre a importância da Associação enquanto forma de organização rural, dois membros da Diretoria responderam:

Disse que sim. Que se não fosse a Associação para organizar, aquele plantio ele não saía. (membro da Diretoria, 39 anos).

A associação é muito importante como organização rural. Precisava ter mais participação, força de vontade para correr atrás. (membro da Diretoria, 61 anos).

A avaliação por parte da Diretoria, sobre a participação dos associados em ações coletivas de interesse da comunidade revelou a fragilidade em que se encontrava o tecido associativo local, conforme descrito nas falas de membros da Diretoria:

A comunidade precisa estar mais unida para lutar pelos seus direitos. Deixar os problemas sob a responsabilidade de um ou dois fica mais difícil conseguir resolver. (membro da Diretoria, 39 anos).

A comunidade precisa se unir. A diretoria tem que estar unida, porque do contrário não vai andar. Como houve um tempo que já ficou parada. É preciso abrir a mente e deixar as desavenças de lado. Devemos pensar no bem coletivo, e que a união vence muitas coisas. Não é só se associar, mas participar. Porque a maioria quer ser sócio, mas não quer participar. Só quer ter benefícios. Quando tem uma reunião. Um debate, ninguém fala nada. Fica todo mundo quietinho. Precisamos participar estar atuantes e saber o que está acontecendo. Mas que a maioria só quer seu benefício próprio. (membro da Diretoria, 30 anos).

A entrevista que colheu esses dados como parte do processo de ação de intervenção desse trabalho de pesquisa desenvolvido na comunidade, ocorreu desde setembro de 2014. Observa-se que os fatos que aconteceram nos últimos meses; mutirão para cercar e plantio na área liberada pela UFRB; necessidade de espaço para instalação do Núcleo Produtivo dos Remanescentes Quilombolas da Comunidade da Baixa da Linha; construção da Creche e transporte escolar; deram

um choque de ânimo na Diretoria da ASCOL, nos associados e na comunidade em geral, mudando o perfil da participação e do associativismo, fazendo a comunidade se envolver de maneira mais intensa nessas ações, seja como protagonista ou mesmo colaborador. Podemos constatar que tais acontecimentos sequenciados estão elevando a auto-estima, o sentimento de empoderamento e fortaleceram o associativismo na comunidade, conforme afirmações de membros da Diretoria da ASCOL;

Existe mutirão, como o grupo que se reuniu para fazer a cerca da área do plantio, para limpeza da fonte, para colocar a tubulação da fonte para a associação, por gravidade. (membro da Diretoria, 61 anos).

Disse que um grupo se juntou para fazer a demarcação da área. Que teve o mutirão da cerca para o plantio. (membro da Diretoria, 30 anos).

Que já teve um pequeno mutirão para limpar a área da frente da associação. (membro da Diretoria, 31 anos).

O acesso a informação e o compartilhamento do conhecimento adquirido é outro componente essencial na manutenção e fortalecimento do associativismo, da participação e do desenvolvimento local, visto que permite a utilização e compartilhamento de metodologias participativas que facilitam a visualização de problemas e possíveis soluções através de ações comunitárias, como constatado no decorrer deste trabalho, mediante a utilização de ferramentas que incrementam a participação.



Figura 13. Prática - Diretoria ASCOL - DRP. Árvore de Problemas.



Figura 14. Membro da Diretoria explicando a Árvore de Problemas.

Analisando os resultados obtidos com a pesquisa desenvolvida junto à Diretoria da ASCOL, quanto ao fortalecimento do associativismo e da participação, se percebe que há muito a ser feito. A comunidade da Baixa da Linha traz em seu contexto histórico, uma base assistencialista que tem se mantido por décadas, devido ao descaso do poder público. A luta pela sobrevivência, condição singular do ser humano principalmente em situações adversas, que acentua o individualismo priorizando o eu, em detrimento do nós.

Foi possível perceber claramente nos relatos dos membros da Diretoria e associados à necessidade de união e participação de todos para o desenvolvimento da comunidade. A falta de participação foi abordada como a principal causa da morosidade de resolução dos problemas existentes.

Observou-se no decorrer da pesquisa, que o próprio desgaste causado pelas diretorias eleitas nos últimos 14 anos, girando praticamente em torno dos mesmos grupos, e objetivos, fragmentou e enfraqueceu a nível individual e coletivo a participação dos indivíduos na associação. Outro agravante percebido foi a baixa escolaridade dos membros da Diretoria ao longo do tempo e a dificuldade de acesso a informação. Há dificuldade para a elaboração de um ofício para ser encaminhado a uma entidade, por exemplo.

A certificação Quilombola trouxe um novo significado para a comunidade que luta pelo reconhecimento de sua emancipação, como pode ser observado. É um momento propício para a implantação de ações contínuas para manutenção e

fortalecimento do tecido social local e valorização da associação enquanto órgão representativo da comunidade, conforme relata o presidente

A associação é como se fosse uma prefeitura onde a gente se reúne para discutir os problemas da comunidade. Existir uma associação registrada e reconhecida nacionalmente foi o que permitiu conseguir o título da terra. O papel da associação é representar toda a comunidade da Linha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação Comunitária da Linha – ASCOL vem ao logo de 14 anos de sua criação, desenvolvendo um papel imprescindível quanto à defesa dos interesses da Comunidade da Linha, reforçando a importância das associações para as comunidades onde estão inseridas, atuando como entidades que demandam do estado ações de saúde, educação, moradia, habitação, geração de trabalho e renda, dentre outras.

A investigação desenvolvida nesse trabalho na Comunidade Quilombola da Linha abre um leque de possibilidades para desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas, tendo em vista questões importantes levantadas como associativismo/cooperativismo, fortalecimento da agricultura familiar, vulnerabilidade socioeconômica, saúde, saneamento básico, alfabetização de adultos, capacitação profissional e moradia.

Este estudo, desenvolvido com a Diretoria da Associação Comunitária da Linha – ASCOL apresentou importante juízo de valor sobre o associativismo e a participação em dois momentos distintos, vivenciados na Comunidade Quilombola da Linha, no desenvolver desta pesquisa.

Em um primeiro momento, o Presidente externou as dificuldades existentes quanto à participação e comprometimento para resolução dos problemas da comunidade a partir da própria Diretoria que reconheceu a desmotivação por parte dos associados no que se refere à tomada de decisões sobre ações comunitárias a serem desenvolvidas dentro e fora da comunidade, no âmbito do poder público.

Em um segundo momento, diante de situações em que a Diretoria da ASCOL e a própria comunidade foram postas à prova, o associativismo, a participação e o

desenvolvimento local se mostraram como componentes capazes de reconfigurar cenários como aconteceram com a construção da Creche, o cercamento e plantio da área que demandaram práticas de associativismo e participação efetivas, sem as quais os eventos citados não teriam alcançado êxito.

A ação de intervenção na Diretoria da ASCOL, mediante a utilização de metodologias participativas, identificou fragilidades da Associação no que se refere à priorização de questões a serem resolvidas, utilização efetiva da sede da associação como núcleo de troca de informações e ponto de encontro dos associados, com secretaria montada e em funcionamento diário, o que nunca ocorreu ao longo dos 14 anos de sua fundação, e que por certo, fortalecerá os vínculos de associativismo e participação.

Constatou-se a importância da participação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, na parceria construída com a comunidade da Linha, principalmente no que se referiu a subsidiar o retorno ao cultivo da terra por parte da comunidade da Linha e o apoio a agricultura familiar, sinalizando para a importância a atuação da Universidade principalmente no seu entorno.

As informações apresentadas nesse trabalho fornecem subsídios para o desenvolvimento de novas pesquisas, tendo em vista questões levantado como fortalecimento da agricultura familiar, vulnerabilidade socioeconômica, saúde, saneamento básico, alfabetização de adultos, capacitação profissional e moradia.

Os problemas resolvidos pela Associação Comunitária da Linha – ASCOL, nos últimos meses, promoveram o fortalecimento do associativismo e da participação, elevaram a auto-estima e a credibilidade da ASCOL, construindo um cenário de otimismo e sentimento de pertencimento na comunidade.

7. REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ARAÚJO, A. O. **Dinâmica territorial do Recôncavo**: espacialidade e temporalidade. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. ENG. 2010. Porto Alegre - RS. Disponível em: <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=inscricoes.nome>. Acesso em 29 de abril 2015;

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova nº.39 São Paulo 1997. Revista de cultura e política. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451997000100009&script=sci_arttext. Acesso em 03/02/2015.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil**, p. 103-116, 2004.; Disponível em: <http://200.169.104.5/uploads/1522/1522.pdf>. Acesso em: 120/05/2015;

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=290980&search=bahia|cruz-das-almas|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso: 30/04/2015

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf_topaulsinger.pdf>. Acesso em: outubro de 2014;

BOURDIEU, Pierre. 1930-B778c **Contrafogos**: Táticas para enfrentar a invasão neo-liberal / Pierre Bourdieu; tradução Lucy Magalhães. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 Tradução de: Contre-feux: propôs pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale ISBN 85-7110-476-X;

BUNCH, Roland. **Duas espigas de milho – uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo** / Trad.: John C. Comerford. Rio de Janeiro. AS-PTA, 1994;

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf_topaulsinger.pdf>. Acesso em: outubro de 2014;

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – 2. ed. – Brasília: MAPA/SDC/DENACOOOP, 2008, 36 p;

CARLOS, E, SILVA, M. Z e. **Associativismo, participação e políticas públicas**. Revista Política & Sociedade, nº 9. Outubro de 2006. Disponível em: <periódicos. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1838/1601>. Acesso em: outubro 2014;

Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002, artigos nº 44, 46 e 53 a 61. (BRASIL, Lei nº 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002). Código Civil – Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em abril de 2015.

Código Civil Brasileiro, Decreto de 25 de fevereiro de 2008, Artigo 1º, §1º e 2º, (BRASIL, Decreto 25/02/2008, Casa Civil – Presidência da República). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm. Acesso em maio 2015.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia solidária no Brasil – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários** – São Paulo: Todos os Bichos, 2010. 120 pp. Disponível em: http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/Economia_Solidaria_no_Brasil.pdf. Acesso: 28/04/2015.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa** / Pedro Demo. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petropolis, RJ; Vozes, 1994;

Doniak, Fabio Augusto. **Participação comunitária no processo de desenvolvimento local: Estudo do caso do município de Rancho Queimado**, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82654/189229.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 Março de 2015.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6650/1/2006_Alexandre%20Ciconello%20Ganan%C3%A7a.pdf

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – 2. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009;

JALES, E. F. Associativismo nos municípios rurais: uma alternativa de desenvolvimento local em Porto Alegre/RN, 2009. Disponível em:

http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/8105/1/EdileneFJ_DISSERT.pdf.

Acesso em: outubro 2014;

JARA, Carlos Júlio. Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável. IICA / Equador. Novembro. 1999.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)**. In: Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/74.pdf>. Acesso em: outubro de 2014.

LAKATOS, E M.; MARCONI, M. de **A. Metodologia científica**. – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

LEONELLO, J. Carlos; COSAC, C. M. Daher. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social**. Disponível em:<

<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>. Acesso em 08 de outubro de 2014;

MACHADO, Eduardo Paes. **Poder e participação política no campo**. AR/CEDAP/CENTRU, CERIFA: São Paulo-Salvador, 1987;

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas** Local Development: conceptual and methodological questions Desarrollo Local: cuestiones conceptuales y metodológicas. Universidade Católica Dom Bosco. INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002. Disponível em:

<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/textos/Desenvolvimento%20Local%20-%20quest%C3%B5es%20conceituais%20e%20metodol%C3%B3gicas.pdf>.

Acesso: Acesso 09/03/2015;

Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Portaria N.135, de 27 de outubro de 2010. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/20864270/pg-53-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-11-2010> Acesso: 24 de março de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MILANI, Carlos Sanchez. **Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195-224 jan/abr. 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/105/61>. Acesso: Acesso 09/03/2015;

NARDI, Jean Baptiste. Recôncavo baiano: entre teorias e práticas do desenvolvimento territorial. Olhares Sociais (02) janeiro-junho de 2013: 167-192. Disponível em:

<http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Rec%C3%B4ncavo-baiano-entre-teorias-e-pr%C3%A1ticas-do-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: maio 2015.

OLIVEIRA, R. S. de, SANTOS, J. de L. **Do pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo/associativismo no capitalismo: uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro**. Fonte: Revista da Casa da Geografia de Sobral [1516-7712] yr: 2012 iss: 14 pg: 69 -80. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/14/16>. Acesso em: outubro 2014;

PEDRÃO, F. C. **Novos e velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia de todos os santos**. 2007. Disponível em: <http://www2.ufrb.edu.br/edicoes/n01/pdf/pedrao.pdf>. Acesso em: abril 2015;

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

Acesso: 24 de março de 2015;

PETERSEN, P., ROMANO, J. O. (Org.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999. 144 p;

SACHES, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2004;

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

Acesso: 24 de março de 2015.

Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Portaria N.135, de 27 de outubro de 2010. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/20864270/pg-53-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-11-2010> Acesso: 24 de março de 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2000. Disponível em:
https://scholar.google.com.br/scholar?q=Milton+Santos+%C3%A9+a+partir+do+espa%C3%A7o+geogr%C3%A1fico+que+se+d%C3%A1+a+solidariedade+org%C3%A2nica&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5. Acesso abril de 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Associação: Série Empreendimentos Coletivos**. 2009. Disponível em:
http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_associacao.pdf>. Acesso em: outubro 2014;

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS. **Mapa Território de Identidade 21 – Recôncavo – Bahia**, 2007. Disponível em:
http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/recôncavo.pdf. Acesso em: 27/04/2015;

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 14^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005;

THIOLLENT, M. e SILVA, G. de Oliveira. **Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais**. In: **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.93-100, jan.-jun, 2007. Disponível em:
<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/888/1533>. Acesso em: abril 2015;

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação/** Augusto Nivaldo Silva Triviños. - 1. ed.- 14. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2006.

UFERSA, Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Programa de Educação Tutorial – PET. **Associativismo e Cooperativismo**. Disponível em:
<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Cartilha%20de%20Associativismo%20e%20Cooperativismo.PET-PROEX.pdf>. Acesso abril de 2015;

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p;

YIN, R. K. **Case Study Research**: design and methods. Traduzido por: Ricardo L. Pinto. Adaptado por: Gilberto de A. Martins, 2010. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/eac/observatorio/metodologia-estudo-caso.asp>. Acesso em: abril 2015;

8. ANEXOS



CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS

CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado para participar como voluntário da pesquisa intitulada Associativismo, Participação e Desenvolvimento Local: O caso da ASCOL – Associação Comunitária da Linha, Baixa da Linha – Cruz das Almas – Bahia, sob a coordenação dos pesquisadores Luiz Haroldo Peixoto da Silva, discente do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e o orientador, Alexandre Américo Almassy Junior, professor Associado I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas ao Meio Rural.

Esta pesquisa pretende Identificar os fatores que fragilizaram o associativismo e a participação na ASCOL – Associação Comunitária da Linha, ao longo de treze anos de sua criação, objetivando construir e desenvolver em parceria com os associados, ferramentas que estimulem a organização e participação, contribuindo para o fortalecimento da ASCOL e da comunidade Quilombola da Linha. Acreditamos que ela seja importante porque permitirá identificar, construir e desenvolver em parceria com a associação um instrumental analítico a ser utilizado no estudo do associativismo, participação e desenvolvimento local em associações e comunidades rurais.

Para sua realização será feito o seguinte: Diagnóstico através de uma entrevista semi-estruturada com a diretoria da associação e seus associados. Mediante a avaliação da entrevista serão construídas ações de intervenção e dinâmicas que estimulem a participação dos associados no processo.

O possível risco do projeto de pesquisa, pode se dar em relação ao constrangimento provocado por alguma pergunta do questionário, pelo fato do desconhecimento do assunto ou possibilidade de gerar algum conflito, que caso ocorra, será minimizado uma vez que o voluntário terá autonomia para não responder as

questões que não achar conveniente, e, também terá sua identidade mantida em sigilo, uma vez que apenas os pesquisadores terão acesso ao questionário.

Os benefícios que esperamos como estudo são a retomada do funcionamento da ASCOL, com a participação da comunidade, a possibilidade de *construir e desenvolver* ações que fortaleçam e incentivem agricultura familiar, o resgate das tradições locais, a identificação da necessidade de qualificação profissional e realização de cursos e oficinas, visando à participação e mobilização dos associados da ASCOL, em busca de melhorias nas condições de habitação, saúde e educação.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com algum dos pesquisadores: Luiz Haroldo Peixoto da Silva – Rua Ruy Barbosa, nº710 UFRB, Vila dos Funcionários, casa 02 – CEP 44380.000 Cruz das Almas – BA; Tel: (75) 3621-2889 8133-6769; e-mail: luizhpsilva@ufrb.edu.br.

Prof. Alexandre Américo Almassy Junior; Rua Ruy Barbosa, nº710 UFRB – CCAAB - CEP 44380.000 Cruz das Almas – BA; Tel: (75) 3621-9751; e-mail: almassy@ufrb.edu.br.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Agradecemos a sua disponibilidade e contamos com sua participação na pesquisa.

Assinatura do participante da pesquisa

(Pesquisador)

(Orientador)

Dados dos pesquisadores:

Luiz Haroldo Peixoto da Silva – Rua Ruy Barbosa, nº710 UFRB, Vila dos Funcionários, casa 02 – CEP 44380.000 Cruz das Almas – BA; Tel: (75) 3621-2889 8133-6769; e-mail: luizhpsilva@ufrb.edu.br.

Prof. Alexandre Américo Almassy Junior; Rua Ruy Barbosa, nº710 UFRB – CCAAB - CEP 44380.000 Cruz das Almas – BA; Tel: (75) 3621-9751; e-mail: almassy@ufrb.edu.br.

Responsável pela autorização da pesquisa:

Nome: _____

Endereço: _____

**QUESTIONÁRIO APLICADO À DIRETORIA DA ASCOL – ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA QUILOMBOLA DA LINHA – 04 de agosto de 2014.**

1. NOME DA ASSOCIAÇÃO	
2. DATA DE FUNDAÇÃO	
3. ENDEREÇO	
4. SITUAÇÃO ATUAL	() Funciona () Em implantação () Em reestruturação () Não funciona

5. Número de associados atuais:

() Mulheres() Homens

6. Levando em consideração ao ano de fundação para hoje, o número de associados/as:

a) Diminuiu

b) Manteve o mesmo

c) Aumentou

7. Qual a área de atuação da associação?

a) Rural

b) Rural e urbana

c) Urbana

8. O que motivou a criação da associação?

9. Quais foram as principais conquistas da associação?

10. Quais foram as principais dificuldades que a associação enfrentou/enfrenta?

11. Existe alguma ação para vencer essas dificuldades? Quais?

12. Quais as instâncias de direção e coordenação da associação? **(resposta múltipla)**

- a) Assembléia de sócios (as) ou reunião do coletivo de sócios (as)
- b) Coordenação/Diretoria/Conselho Diretor
- c) Conselho Consultivo ou similar
- d) Conselho Administrativo ou similar
- e) Conselho Fiscal ou similar
- f) Comissão ou Conselho de Ética
- g) Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos
- h) Outra. Qual? _____

13. O que é decidido em assembléia geral / reunião do coletivo de sócios (as)? **(resposta múltipla)**

- a) Escolha da direção da associação
- b) Contratações e remunerações/ retiradas dos (as) sócios (as)
- c) Admissão e exclusão de sócios (as)
- d) Regimento interno
- e) Empréstimos/ financiamentos
- f) Aquisições e venda de patrimônio
- g) Plano de trabalho/ planejamento estratégico
- h) Prestação de contas
- i) Representação ou participação dos (as) sócios (as) em eventos.
- j) Definições sobre as atividades cotidianas da associação

14. Qual a periodicidade de realização da assembléia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as) no associação? **(resposta única)**

- a) Anual ou mais de 1 ano
- b) Semestral
- c) Bimestral ou trimestral
- d) Mensal
- e) Semanal ou quinzenal
- f) Diariamente
- g) Não realiza assembléia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as)
- h) Anual ou mais de 1 ano
- i) Semestral
- j) Bimestral ou trimestral
- k) Mensal
- l) Semanal ou quinzenal
- m) Diariamente
- n) Não realiza assembléia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as)

15. Há quanto tempo o atual presidente exerce o cargo na associação? **(resposta única)**

- a) Menos de um ano
- b) De 1 a 2 anos
- c) De 2 a 4 anos
- d) De 4 a 6 anos
- e) De 6 a 10 anos
- f) Mais de 10 anos

g) Não se aplica

16. Quantos associados/as ocupam funções de direção da associação?

1. Mulheres (quantas)

2. Homens (quantos)

3. Total (quantos)

17. Quais outras formas de participação dos (as) sócios (as)? **(resposta múltipla)**

a) Acesso a registros e informações da associação

b) Participação nas decisões cotidianas da associação

c) Atividades de formação

d) Atividades culturais e recreativas

e) Informes sobre a conjuntura geral e/ou sobre economia solidária

f) Outras. Quais? _____

g) Não existem outras formas

18. No último ano foram realizadas atividades de formação e/ou campanhas com os associados/as?

() Não () Sim. Quais foram? _____

19. A associação participa de algum fórum ou de alguma rede de articulação ou representação?

() Não () Sim. Quais? _____

Observações:

20. Qual é o papel da associação?

21. De que forma é feita a comercialização coletiva dos produtos da associação?

a) Venda direta ao consumidor final

b) Venda a revendedores e atacadistas

c) Venda a órgão governamental

d) Venda para empresa privada de produção

e) Venda para outros grupos coletivos

f) Troca com outros grupos coletivos

g) Outra. Qual? _____

22. Existem dificuldades no processo de comercialização?

() Não () Sim. Quais? _____

Observações: _____

**ENTREVISTA COLETIVA APLICADA À DIRETORIA DA ASCOL – ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA QUILOMBOLA DA LINHA – 08 de setembro de 2014.**

1. O que motivou a criação da associação?
2. Qual é o papel da associação na comunidade?
3. Quais foram as principais conquistas da associação de sua fundação até agora?
4. Quais foram as principais dificuldades que a associação enfrentou em seus 14 anos?
5. O que fazer ou o que foi feito para vencer essas dificuldades da associação?
6. Como avaliam a participação dos associados na associação?
7. Existe ou já existiu a prática de organização das equipes designadas para dar andamento a demandas específicas da comunidade?
8. O que vocês acham da atual situação econômica da Comunidade da Linha?
9. Vocês acreditam que a participação da comunidade na Associação pode gerar desenvolvimento na Comunidade? (Comentem).
10. O que vocês mais gostariam que melhorasse na Comunidade da Linha?
11. Vocês acham importante a Associação como forma de organização rural? Por quê?
12. Qual a frequência de reuniões da Diretoria Associação? E junto a seus membros?